

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

R01 - RESIDÊNCIA JURÍDICA

Turno: MANHÃ

Tipo de Prova
2

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

**“Todos os sonhos estão dentro de alcance.
Tudo que você tem de fazer é continuar se movendo em direção deles”
(Viola Davis)**

ATENÇÃO

Este caderno contém sessenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E), e uma questão discursiva.

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

Duração da prova: 5 HORAS

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Sr. Candidato, ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado e as folhas de resposta desidentificadas. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar a capa de sala.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 1

Como disse Ulysses Guimarães: "Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança". E assim foi! O Brasil atual é muito mais avançado em comparação ao de 34 anos passados (1988), mesmo com o muito que se tem a fazer para melhorar as condições de vida de milhões de brasileiros."

<https://www.conjur.com.br/05-out-22>

Esse parágrafo deve ser classificado, em termos de tipo textual predominante, como:

- (A) descritivo, por mostrar as características e qualidades da Constituição.
- (B) narrativo, por estruturar-se em etapas cronológicas sobre o avanço brasileiro.
- (C) injuntivo, por indicar, de forma didática, como alcançar uma sociedade justa.
- (D) dissertativo-expositivo, por apresentar o assunto sem a finalidade de persuasão.
- (E) dissertativo-argumentativo, por apresentar o assunto consolidando uma opinião.

Questão 2

Na Língua Portuguesa, paralelismo é a relação de correspondência ou simetria entre ideias ou segmentos textuais que funcionam de maneira coordenada na composição de um enunciado.

Há erro de paralelismo em:

- (A) O Governo anuiu de boa vontade ao pedido do sindicato.
- (B) O Tribunal Eleitoral avisou os eleitores da necessidade do cadastramento.
- (C) Recomendou-se às prefeituras economizar energia e que elaborassem planos de redução de despesas.
- (D) Durante o debate, o candidato falou acerca de suas propostas.
- (E) O novo procurador é jurista renomado e tem sólida formação acadêmica.

Questão 3

Identifica-se, nas frases das alternativas abaixo, o emprego de elementos conectores. Marque a opção em que os termos destacados nas duas frases apresentam a mesma ideia.

- (A) "[...] então o candidato tem que se explicar."
"[...] assinarei o contrato, se a proposta for interessante."
- (B) "[...] compareceu à reunião, pois o assunto era de seu interesse."
"O embaixador é capixaba; é, pois, brasileiro."
- (C) "O entrevistado foi tão persuasivo que os telespectadores mudaram de opinião."
"Tal era seu nervosismo que não encontrava as palavras adequadas."
- (D) "O país que não trata a educação como prioridade não cresce."
"O exame da OAB, que estava muito difícil, deixou alguns candidatos apreensivos."
- (E) "Como ninguém se interessou pelo projeto, seu cancelamento foi inevitável."
"Como reza a Constituição, todos os cidadãos têm direitos iguais."

Questão 4

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas e empregadas CORRETAMENTE.

- (A) STJ decide o que é essencial ou supérfluo em penhora de bens de devedor.
- (B) Juiz reintera ordem de prisão por dívida de pensão alimentícia.
- (C) A audiência se estendeu além do prazo previsto.
- (D) Não esperava que ele acendesse tão rápido ao cargo.
- (E) Onde querem chegar com essas atitudes?

Questão 5

Tendo em vista as regras de concordância verbal e nominal, assinale a opção que apresenta frase construída conforme a norma culta.

- (A) Precisam-se de leis mais rigorosas para o ressarcimento de consumidores insatisfeitos com compras na internet.
- (B) Mesmo após dois anos de pandemia, a maioria dos advogados aprova a teleaudiência e o trabalho híbrido.
- (C) Deve haver muitos interessados nas poucas vagas oferecidas pelo Tribunal de Justiça.
- (D) O acesso a empregos formais e a redução das taxas de pobreza precisam ser abordadas nos planos governamentais.
- (E) É necessário a compreensão de que somente a notícia de fonte segura evita a fake news.

Questão 6

Assinale a alternativa que apresenta o significado INCORRETO do(s) elemento(s) formador(es) da palavra.

- (A) Misoneísmo: -mísos(ódio) -néos(novo).
- (B) Gerontocracia: -gero(velhice) -cracia(poder).
- (C) Teosofia: -teo(divindade) -sofia(sabedoria).
- (D) Plutocracia: -plutos(pobreza) -cracia(poder).
- (E) Xenóforo: -xénos(estrangeiro) -phóbos(aversão).

INFORMÁTICA BÁSICA**Questão 7**

Os protocolos da camada de aplicação determinam para qual tipo de serviço a rede será utilizada, seja e-mail, navegação, troca de arquivos, entre outros. Em outras palavras os protocolos da camada de aplicação fazem a conexão entre as redes e os aplicativos instalados em um computador. Dessa maneira, pode-se afirmar que o protocolo DHCP, tem a função de:

- (A) transmitir as informações referentes ao status dos diferentes dispositivos que compõe uma rede de computadores.
- (B) traduzir nomes de domínios na Internet em endereços IP.
- (C) gerar e administrar endereços IP em uma rede de computadores.
- (D) transferir mensagens de servidores de correio remetente para servidores de correio destinatários.
- (E) permitir a administração total de computadores a distância.

Questão 8

O sistema operacional Linux é composto por alguns componentes, sendo um deles, o Kernel. Sobre este componente, é CORRETO afirmar que:

- (A) é a interface entre o usuário e o sistema operacional.
- (B) é o coração do sistema operacional, ele representa a camada mais baixa de interface com o hardware, pois faz a comunicação mais básica entre ele e o software, sendo responsável por gerenciar os recursos do sistema.
- (C) sua função é ler a linha de comando, interpretar seu significado, executar o comando e devolver o resultado pelas saídas
- (D) é a forma mais recente de o usuário interagir com o sistema operacional.
- (E) é conhecida também como gerenciador de desktop / área de trabalho.

Questão 9

São considerados programas de navegação, EXCETO:

- (A) Google Chrome.
- (B) Microsoft Edge.
- (C) Mozilla Firefox.
- (D) Bing.
- (E) Safari.

Questão 10

Analise e responda.

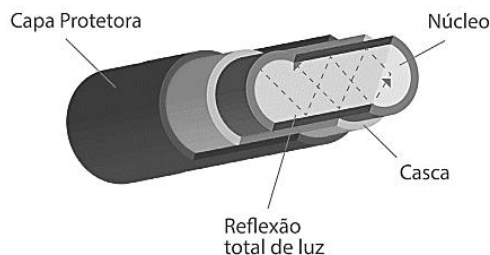
- I- Software livre.
- II- Multiusuário.
- III- Código fechado.
- IV- Multitarefa.

Das características acima, qual(is) caracterizam o sistema operacional Linux?

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, apenas.

Questão 11

A imagem abaixo representa a estrutura de um tipo de cabo. Assinale a alternativa que corresponda ao cabo representado.



- (A) Cabo de fibra óptica.
- (B) Cabo coaxial.
- (C) Cabo de par trançado blindado.
- (D) Cabo de par trançado sem blindagem.
- (E) Cabo USB.

Questão 12

O (A) _____ é uma combinação de hardware e software que isola a rede local de uma organização da internet. Com ele é possível implementar uma política de controle de acesso, bloqueando ou permitindo a passagem de pacotes.

A lacuna acima deve ser preenchida por:

- (A) backup.
- (B) criptografia.
- (C) assinatura digital.
- (D) ferramenta anti-Malware.
- (E) firewall.

DIREITO CIVIL**Questão 13**

No que tange às pessoas jurídicas, é CORRETO afirmar que:

- (A) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (B) a pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.
- (C) as autarquias, inclusive as associações públicas, são pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) as associações são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (E) se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o Ministério Público, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

Questão 14

Nos termos do Código Civil, a respeito da responsabilidade civil, é CORRETO afirmar que:

- (A) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la extingue-se com a morte.
- (B) os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão subsidiariamente pela reparação.
- (C) a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- (D) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis tiverem obrigação de fazê-lo.
- (E) o dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de força maior.

Questão 15

Acerca das diferentes classes de bens, previstas no Código Civil, pode-se afirmar:

- (A) consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (B) são fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (C) consideram-se móveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- (D) consideram-se móveis para os efeitos legais os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- (E) são fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.

Questão 16

Nos termos da Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro, é CORRETO afirmar que:

- (A) a decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos, resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
- (B) a decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa poderá indicar suas consequências administrativas.
- (C) nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos concretos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- (D) na interpretação de normas sobre gestão pública, não serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo.
- (E) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Questão 17

Nos termos do Código Civil, acerca do negócio jurídico, é CORRETO afirmar que:

- (A) a incapacidade absoluta de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (B) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que na intenção nela consubstanciada.
- (C) o silêncio das partes importa em negativa do negócio jurídico.
- (D) a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, mesmo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (E) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

Questão 18

De acordo com o Código Civil, a respeito da personalidade e da capacidade, é CORRETO afirmar que:

- (A) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- (B) serão registrados, em registro público, as sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal.
- (C) são relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, os menores de dezesesseis anos.
- (D) far-se-á averbação em registro público da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- (E) os pródigos são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.

Questão 19

De acordo com o Código Civil, acerca do empréstimo, é CORRETO afirmar que:

- (A) o comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.
- (B) não se tendo convencionado expressamente, o prazo do mútuo será de cento e oitenta dias, pelo menos, se for de dinheiro.
- (C) o mutuante pode exigir garantia da restituição, se após o vencimento o mutuário sofrer notória mudança em sua situação econômica.
- (D) o mútuo é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis.
- (E) o comodato é o empréstimo de coisas fungíveis. O comodatário é obrigado a restituir ao comodante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.

Questão 20

De acordo com o Código Civil, na ausência de fixação de prazo menor, a prescrição ocorre em:

- (A) 5 (cinco) anos.
- (B) 10 (dez) anos.
- (C) 15 (quinze) anos.
- (D) 20 (vinte) anos.
- (E) 30 (trinta) anos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 21

No que concerne ao ônus da prova, previsto no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que:

- (A) o ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- (B) o Código de Processo Civil de 2015 adota a distribuição estática do ônus da prova.
- (C) a distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, quando recair sobre direito indisponível da parte.
- (D) o ônus da prova incumbe ao réu, quanto ao fato constitutivo de seu direito.
- (E) o ônus da prova incumbe ao autor, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do réu.

Questão 22

De acordo com o Código Civil, a respeito da audiência de conciliação e mediação, é CORRETO afirmar que:

- (A) será realizada audiência de mediação em ação de acidente de trânsito em que as vítimas não se conheciam antes do fato.
- (B) será realizada audiência de conciliação em ação de aluguel entre o inquilino e o proprietário que se conheciam antes do incidente.
- (C) a audiência não será realizada se uma das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual.
- (D) havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.
- (E) a presença de advogado ou defensor público será facultada na realização da audiência de conciliação ou de mediação designada pelo juízo.

Questão 23

O prazo previsto no Código de Processo Civil para a réu apresentar a contestação é de:

- (A) 5 (cinco) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 20 (vinte) dias.
- (E) 30 (trinta) dias.

Questão 24

Estabelece o Código de Processo Civil: *“Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso”*. Acerca dos efeitos do recurso de apelação, é CORRETO afirmar que:

- (A) em regra, a apelação terá efeito suspensivo.
- (B) em regra, a apelação interposta contra sentença que condena a pagar alimentos terá efeito suspensivo.
- (C) em regra, a apelação interposta contra sentença que homologa divisão ou demarcação de terras terá efeito suspensivo.
- (D) em regra, a apelação interposta contra sentença que julga procedente o pedido de instituição de arbitragem terá efeito suspensivo.
- (E) em regra, a apelação interposta contra sentença que decreta a interdição terá efeito suspensivo.

Questão 25

De acordo com o Código de Processo Civil, o recurso adesivo será admissível:

- (A) na apelação, no recurso ordinário, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- (B) no recurso ordinário, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- (C) na apelação, no recurso ordinário e no recurso especial.
- (D) na apelação, no recurso ordinário e no recurso extraordinário.
- (E) na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.

Questão 26

De acordo com o Código de Processo Civil, o autor poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu, até:

- (A) a distribuição.
- (B) a citação.
- (C) o oferecimento da contestação.
- (D) o saneamento do processo.
- (E) o recebimento da petição inicial.

Questão 27

Nos termos do Código de Processo Civil, acerca da comunicação dos atos processuais, pode-se afirmar:

- (A) é facultado aos advogados promover a intimação do advogado da outra parte por meio do correio, juntando aos autos, a seguir, cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento.
- (B) quando, por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- (C) sendo o citando pessoa jurídica, será vedada a entrega do mandado a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.
- (D) nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, sem declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.
- (E) a citação por edital será feita quando se tratar de local ermo ou de difícil acesso.

Questão 28

Acerca das nulidades no processo civil, pode-se afirmar:

- (A) quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
- (B) anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, ainda que a nulidade de uma parte do ato não prejudique as outras que dela sejam independentes.
- (C) quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- (D) a nulidade dos atos deverá ser alegada até a sentença, sob pena de preclusão.
- (E) quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará inválido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

DIREITO PENAL**Questão 29**

Nos termos do Código Penal, é CORRETO afirmar que a contagem de prazo será realizada da seguinte forma:

- (A) não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- (B) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- (C) na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- (D) o prazo penal se inicia no dia seguinte ao da prisão.
- (E) o prazo que terminar em domingo ou dia feriado considerar-se-á prorrogado até o dia útil imediato.

Questão 30

No que tange à aplicação da lei penal, é CORRETO afirmar que:

- (A) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- (B) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores até a data da sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) considera-se praticado o crime no momento da produção do resultado.
- (D) é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade pública, achando-se aquelas em pouso, no território nacional, ou em voo, no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- (E) para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza privada onde quer que se encontrem.

Questão 31

Assinale a alternativa CORRETA em que consta uma hipótese de crime contra a ordem econômica:

- (A) deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.
- (B) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
- (C) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.
- (D) exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.
- (E) abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas.

Questão 32

Ana Maria, em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, requer ao juízo competente a manutenção do vínculo trabalhista por seis meses, sob a alegação de necessidade de afastamento do local de trabalho. De acordo com a Lei Maria da Penha, é CORRETO afirmar que o requerimento de Ana Maria:

- (A) poderá ser deferido, mas o vínculo trabalhista somente será mantido por três meses.
- (B) não poderá ser atendida por afrontar a livre iniciativa.
- (C) somente poderá ser deferido se tratar de servidora pública.
- (D) poderá ser concedido, quando necessário o afastamento do local do trabalho.
- (E) somente poderá ser deferido se Ana Maria estiver inscrita no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

Questão 33

A norma que, ao tipificar um crime, traz em seu corpo um preceito genérico, indeterminado e, sobretudo, incompleto, é classificada como:

- (A) norma penal em branco.
- (B) norma penal de conteúdo misto.
- (C) norma penal híbrida.
- (D) norma penal homogênea.
- (E) norma penal heterogênea.

Questão 34

Dentre as alternativas apresentadas, qual somente apresenta crimes em que o juiz pode deixar de aplicar a pena:

- (A) extorsão indireta e homicídio culposo.
- (B) homicídio culposo e receptação dolosa.
- (C) receptação culposa e apropriação indébita previdenciária.
- (D) apropriação indébita previdenciária e extorsão indireta.
- (E) estelionato e extorsão indireta.

Questão 35

Acerca da extradição, é CORRETO afirmar que:

- (A) a extradição consiste em medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo determinado.
- (B) a extradição é medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular em território nacional.
- (C) poder-se-á conceder a extradição de brasileiro nato.
- (D) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (E) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Questão 36

Dentre os Princípios do Direito Penal, qual se enquadra na disposição contida no art. 1º do Código Penal: *“Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”*:

- (A) princípio da especialidade.
- (B) princípio da fragmentariedade.
- (C) princípio da temporariedade.
- (D) princípio da legalidade.
- (E) princípio da adequação social.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 37

Em relação ao ônus da prova no processo penal, é CORRETO afirmar que:

- (A) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer.
- (B) cabe ao Ministério Público até o recebimento da denúncia, sendo invertido da fase recursal.
- (C) a defesa responde pelo ônus probatório, na hipótese de réu preso.
- (D) as partes respondem igualmente pelo *onus probandi*.
- (E) as provas obtidas por meios ilícitos são admitidas em situações excepcionais.

Questão 38

O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado. O interrogatório do acusado constitui exemplo de:

- (A) autodefesa.
- (B) defesa técnica.
- (C) defesa preliminar.
- (D) defesa formal.
- (E) defesa restrita.

Questão 39

O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. O prazo máximo, estabelecido pela Lei n. 12.527/2011, para acesso restrito as citadas informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, de agentes públicos legalmente autorizados, é de:

- (A) 5 (cinco) anos.
- (B) 10 (dez) anos.
- (C) 15 (quinze) anos.
- (D) 30 (trinta) anos.
- (E) 100 (cem) anos.

Questão 40

Nos termos da Lei n. 12.965/2014, acerca do Marco Civil da Internet, é CORRETO afirmar que:

- (A) o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário é assegurado o direito a não suspensão da conexão à internet, mesmo por débito diretamente decorrente de sua utilização.
- (B) em qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, de dados pessoais ou de comunicações por provedores de conexão e de aplicações de internet em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional, deverão ser obrigatoriamente respeitados a legislação brasileira e os direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros.
- (C) na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 10 (dez) anos.
- (D) a responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão poderá ser transferida a terceiros.
- (E) na provisão de conexão, onerosa ou gratuita, é obrigatória a guarda dos registros de acesso a aplicações de internet.

Questão 41

É CORRETO afirmar que o conflito de jurisdição pode ser suscitado:

- (A) pela parte interessada, pelos órgãos do Ministério Público junto a qualquer dos juízos em dissídio e por qualquer dos juízes ou tribunais em causa.
- (B) pelo advogado do acusado, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público e pelo juízo competente.
- (C) pela parte interessada, pela Defensoria Pública, pelo órgão do Ministério Público e pelo tribunal competente.
- (D) pelo advogado da parte interessada, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Justiça e pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) pela parte interessada, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público e pelos juízos competentes.

Questão 42

No que tange às medidas cautelares diversas da prisão, estabelecidas na Lei n. 12.403/2011, é CORRETO afirmar que:

- (A) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.
- (B) a fiança poderá ser concedida em caso de prisão civil ou militar.
- (C) o recolhimento domiciliar no período diurno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos, constitui hipótese de medida cautelar diversa da prisão.
- (D) a monitoração eletrônica não se enquadra dentre as hipóteses de medida cautelar diversa da prisão.
- (E) o juiz somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.

Questão 43

Acerca do acordo de leniência, previsto na Lei n. 12.846/2013, é CORRETO afirmar que:

- (A) o acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (B) a celebração do acordo de leniência suspende o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos nesta Lei Anticorrupção.
- (C) em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
- (D) o Tribunal de Contas da União – TCU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- (E) a proposta de acordo de leniência rejeitada importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.

Questão 44

Estabelece o art. 5º, inc. XII da CR/88: *“é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”*. Diante da regulamentação da parte final do dispositivo pela Lei n. 9.296/1996, é CORRETO afirmar que:

- (A) a interceptação de comunicações telefônicas é admitida para infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- (B) a captação ambiental feita por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público poderá ser utilizada, em matéria de defesa, quando demonstrada a integridade da gravação.
- (C) é vedada a formulação verbal de pedido de interceptação de comunicação telefônica.
- (D) a interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da Defensoria Pública, na investigação criminal.
- (E) é admitida a interceptação das comunicações telefônicas mesmo quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 45

Acerca da competência tributária, é CORRETO afirmar que:

- (A) compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- (B) compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- (C) compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade de veículos automotores.
- (D) compete à União instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- (E) compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão "*inter vivos*", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Questão 46

Nos termos da Constituição da República de 1988, acerca dos direitos e garantias fundamentais, é CORRETO afirmar que:

- (A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.
- (B) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado.
- (C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia.
- (D) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- (E) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Questão 47

O prazo constitucional para a estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público é de:

- (A) 1 (um) ano de exercício.
- (B) 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- (C) 2 (dois) anos de exercício.
- (D) 3 (três) anos de efetivo exercício.
- (E) 5 (cinco) anos de exercício.

Questão 48

Acerca do controle de constitucionalidade, previsto na Constituição da República de 1988, é CORRETO afirmar que:

- (A) a ação direta de inconstitucionalidade será processada e julgada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) a ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pela Defensoria Pública da União.
- (C) a ação declaratória de constitucionalidade será processada e julgada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) a ação direta de inconstitucionalidade poderá ser proposta por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (E) a arguição de descumprimento de preceito fundamental será apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Questão 49

Em qual ano foi promulgada a primeira Constituição da República do Brasil:

- (A) 1823.
- (B) 1824.
- (C) 1889.
- (D) 1891.
- (E) 1934.

Questão 50

No que tange às competências das unidades federativas, é CORRETO afirmar que:

- (A) compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (B) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre comércio exterior e interestadual.
- (C) compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- (D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre diretrizes da política nacional de transportes.
- (E) compete aos Municípios instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

Questão 51

De acordo com a Constituição da República de 1988, o mandato do Presidente da República é de 4 (quatro) anos e terá início:

- (A) em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
- (B) no primeiro dia útil de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
- (C) na primeira segunda-feira de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
- (D) em 3 de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- (E) em 5 de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.

Questão 52

Acerca da emenda à constituição, é CORRETO afirmar que:

- (A) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (B) a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, um terço dos votos dos respectivos membros.
- (C) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.
- (D) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- (E) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 53

Acerca dos atos administrativos, é CORRETO afirmar que:

- (A) ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir; resguardar; transferir; modificar; extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.
- (B) o ato administrativo não produz efeito jurídico no Direito Administrativo.
- (C) ato administrativo é qualquer ocorrido dentro da administração pública, independentemente da vontade humana, que gere efeitos jurídicos, como a morte de um servidor.
- (D) o ato administrativo somente pode ser anulado mediante ordem judicial.
- (E) a autoexecutoriedade é o atributo existente em todos os atos administrativos.

Questão 54

Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades, constitui ato de improbidade administrativa sujeito às seguintes cominações:

- (A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.
- (B) pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.
- (C) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.
- (D) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.
- (E) pagamento de multa civil de até 12 (doze) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos.

Questão 55

No que tange ao processo administrativo, é correto afirmar que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, os seguintes princípios:

- (A) legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade e proporcionalidade.
- (B) ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse privado e eficiência.
- (C) motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade e interesse privado.
- (D) finalidade, motivação, razoabilidade, restrita defesa e moralidade.
- (E) oralidade, contraditório, segurança jurídica, gratuidade e eficiência.

Questão 56

Assinale a alternativa CORRETA que apresenta um órgão integrante da Administração Pública Direta:

- (A) autarquia.
- (B) empresa pública.
- (C) sociedade de economia mista.
- (D) fundação pública.
- (E) assembleia legislativa.

Questão 57

A criação de um tributo pelo Poder Público que onere substancialmente a execução do contrato administrativo, é um exemplo de:

- (A) fato do príncipe.
- (B) fato da administração.
- (C) caso fortuito.
- (D) estado de perigo.
- (E) força maior.

Questão 58

O conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras, pode ser caracterizado como:

- (A) credenciamento.
- (B) procedimento de manifestação de interesse.
- (C) tomada de preços.
- (D) contratação semi-integrada.
- (E) sistema de registro de preços.

Questão 59

Acerca do controle da Administração Pública, é CORRETO afirmar que:

- (A) o controle parlamentar é o exercido privativamente pelos órgãos do Poder Judiciário sobre os atos administrativos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário quando realiza atividade administrativa.
- (B) o controle judicial caracteriza-se como um controle eminentemente político, indiferente, aos direitos individuais dos administrados, mas objetivando os superiores interesses do Estado e da comunidade.
- (C) o controle parlamentar é o exercido pelos órgãos legislativos ou por comissões parlamentares sobre determinados atos do Executivo, na dupla linha da legalidade e da conveniência pública.
- (D) o controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (E) o controle legislativo é exercido, *a posteriori*, unicamente de legalidade, por restrito à verificação da conformidade do ato com a norma legal que o rege.

Questão 60

No que tange às modalidades de licitação, pode-se afirmar que:

- (A) concorrência é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes, previamente selecionados, mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- (B) concurso é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- (C) leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (D) concorrência é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- (E) convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

DISCURSIVA

Questão 1

O Município Y declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel comercial de propriedade de João da Silva, para a construção de monumentos comemorativos. Mesmo após a expedição do Decreto de Desapropriação e a publicação na Imprensa Oficial, João da Silva permaneceu na posse do bem e realizou benfeitorias úteis e necessárias no imóvel. Em decorrência da urgência na utilização do imóvel, a Municipalidade ajuizou ação de desapropriação com pedido liminar de imissão provisória na posse do bem, independente da citação do réu João da Silva, mediante depósito do preço ofertado, correspondente a mais de vinte vezes o valor locativo.

Diante da situação hipotética, discorra acerca dos seguintes questionamentos:

- a) A desapropriação por utilidade pública abrange a situação de construção de monumento público?
- b) João da Silva deverá ser indenizado pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas após a publicação do Decreto de Desapropriação, mesmo sem autorização do expropriante?
- c) A imissão provisória viola o princípio da justa e prévia indenização, estabelecido no art. 5º, inc. XXIV, da CR/88: “a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição”?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30